

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 46 — Série VII — N.º 114
26 de Abril de 1976

Preço: 4\$00

NÚMERO ESPECIAL

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

ELEITA MAIORIA DE ESQUERDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CRIADAS CONDIÇÕES PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA

O PCP REFORÇOU A SUA POSIÇÃO EM 14 DISTRITOS DO CONTINENTE

No Alentejo, Ribatejo e regiões de grande concentração da classe operária votações maciças no PCP comprovam a determinação dos trabalhadores na defesa da Reforma Agrária, das Nacionalizações e do Controlo Operário e seu firme apoio ao Partido Comunista Português

RESULTADOS PROVISÓRIOS DO PCP

780.000 VOTOS

40 DEPUTADOS

A REACÇÃO NÃO PASSOU!

A eleição de uma maioria de esquerda para a Assembleia da República e o reforço das posições do PCP constituíram uma grave derrota para a reacção. O aumento de votos do CDS foi feito parcialmente à custa do PPD e corresponde em grande medida a uma rearrumação partidária das forças da direita.

1. Nas eleições para a Assembleia da República as forças reacçãoárias foram derrotadas!

A maioria do povo português recusou as propostas de recuperação capitalista, as propostas para uma política de direita que fizesse retornar Portugal ao fascismo, recusou o terrorismo, a sabotagem económica, as manobras provocatórias, a demagogia, o anticomunismo.

A maioria do povo português manifestou-se pela continuação do processo revolucionário, pela defesa das grandes conquistas da revolução, pela defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do Controle Operário, pela defesa e aplicação da Constituição, pela defesa intransigente das liberdades democráticas.

2. As forças reacçãoárias pretendiam obter uma maioria de direita que permitisse a constituição de um governo de direita que pusesse em prática abertamente a política de recuperação capitalista e de liquidação das liberdades.

As forças reacçãoárias avançaram para as eleições contando com os resultados da sabotagem económica que desencadearam, com a restauração do poder reacçãoário com liquidação das liberdades que impuseram em algumas zonas do país e com o enfraquecimento das forças empenhadas na defesa do processo revolucionário que obtiveram através do agravamento artificial de contradições e da criação de divisões e situações de conflito.

No período imediatamente anterior às eleições, perdida progressivamente a confiança nas consequências eleitorais de todas as manobras desencadeadas até à data, as forças reacçãoárias redobram de esforços: tentaram impedir a promulgação da Constituição onde se consagram as principais conquistas do povo português, tentaram introduzir nela dispositivos que permitissem a sua revisão, tentaram criar uma crise política em torno da eleição para o Presidente da República.

Conscientes do firme obstáculo que para os seus intentos constitui o PCP, as forças reacçãoárias — ainda e sempre apoiadas pelos grupelhos provocatórios — prosseguiram uma violentíssima campanha anticomunista, rodeando toda a campanha eleitoral de um clima de intolerância e de ódio que por si só

desmascarou as intenções da sua política.

3. O facto de em conjunto, o PPD e o CDS terem reforçado os seus resultados eleitorais em relação às eleições para a Assembleia Constituinte não altera a realidade da derrota sofrida pelas forças reacçãoárias.

Independentemente desse aumento não ter sido suficiente para impedir a constituição de uma maioria de esquerda na Assembleia da República, nem, muito menos, para permitir a existência de uma maioria de direita que desse origem a um governo de direita, a realidade é que os aumentos verificados correspondem muito mais a uma **rearrumação partidária dos votos do que propriamente a um crescimento do apoio geral da direita.**

Analisando os resultados já conhecidos e a confirmarem-se as tendências, verifica-se que o PPD mantém mais ou menos as suas percentagens, o CDS aumentou — a substancialmente, enquanto o Partido Socialista acusa uma descaída acentuada.

É evidentemente impossível determinar com exactidão como é que se fizeram as deslocações de votos. Na distribuição dos votos dos novos eleitores haverá naturalmente que contar com os resultados de algumas camadas sobre as quais a manipulação da direita foi particularmente intensa, como o caso dos retornados das ex-colónias.

É porém de acceitar que os ganhos do CDS tenham sido feitos à custa de parte dos votos perdidos pelo PS e de votos ganhos ao PPD que, entretanto, ganhou igualmente votos ao PS.

Estas perdas do PS sendo importantes para a direita, são essencialmente resultados da própria complexidade do processo revolucionário, agravada pela política equívoca da direcção do PS.

4. Conforme o PCP afirmou há um ano, os resultados obtidos pelo PS nas eleições para a Assembleia Constituinte tinham significados contraditórios: nas regiões de predominância das forças democráticas, numerosos elementos conservadores votaram PS como forma de votarem contra o processo revolucionário e contra o PCP. Noutras zonas, de maior influência das forças reacçãoárias, o voto no PS constituiu uma tomada de posição progressista, favorável ao processo revolucionário e ao MFA nas limitações impostas pelo obscurantismo de cinquenta anos de fascismo

e de domínio dos caciques.

Decorrido um ano e correspondendo à nova correlação de forças, os votos conservadores definem-se com maior clareza e acorrem aos partidos que mais claramente se manifestam com o forçã contra-revolucionárias.

A acção de um partido claramente reacçãoário, que recusa abertamente o socialismo, constituído por dirigentes e usufrutuários do regime fascista, que recusa a Constituição da República, polarizou naturalmente os votos da direita reacçãoária mais determinada. Numerosos votos que o ano passado convergiram para o PPD e mesmo para o PS encontraram este ano no CDS, no descaramento reacçãoário do CDS consentido por uma nova situação, a resposta aos seus anseios de liquidação das vitórias do povo português.

Paralelamente, os avanços do processo revolucionário e as contradições e hesitações surgidas nos últimos meses determinaram em algumas camadas da burguesia receios e dúvidas que as forças de direita rapidamente exploraram. É contudo necessário sublinhar que estas deslocações para a direita se devem muito mais à **exploração feita pela direita dos problemas por ela própria criados do que a um afectar real da vida desses sectores.**

A acção de alguns departamentos governamentais criou efectivamente condições para que a direita pudesse acenar com o espectro do caos económico e da carência que entretanto se faz já sentir. A actuação de ministérios como o do Comércio Interno (entregue ao dr. Magalhães Mota do PPD) desempenha assim o duplo papel de, mediante o aumento do custo de vida, privar as classes trabalhadoras do poder de compra conquistado, mas também beneficiar camadas capitalistas e ainda brandir o perigo de situações mais graves, assacando ao processo revolucionário as responsabilidades pela política que é da exclusiva responsabilidade exactamente das forças da direita.

É uma actuação semelhante à demagogia da «ordem». A direita, através da acção dos seus bandos, pratica actos terroristas, fomenta a instabilidade e a violência e, depois, arvora-se em defensora da «ordem» contra a desordem que só os seus serventuários semeiam.

5. Linhas gerais, é por conseguinte possível afirmar-se que parte do aumento do CDS provém de votos conservadores, reacçãoários, já manifestados em 1975, mas que, numa correlação diferente de forças, haviam escolhido outros partidos para se manifestarem e que agora pura e simplesmente se localizaram de acordo consigo próprios: é o caso de votos ganhos ao PPD e de votos ganhos ao PS, nomeadamente em zonas de maior influência conservadora.

A recuperação feita pelo PPD de votos perdidos para o CDS (o eleitorado mais reacçãoário) à custa de eleitorado do PS, se corresponde por um lado também a uma nova expressão partidária de votos de direita que tinham convergido há um ano para o Partido Socialista, deve-se também aos temores e dúvidas artificialmente provocados em camadas da pequena e média burguesia pela **complexidade da contra-revolucionária da direita sobre os problemas por ela própria provocados. Muitos destes são assim muito mais um reflexo da complexidade do processo revolucionário e da utilização dessa complexidade pelas forças reacçãoárias do que propriamente uma recusa do processo.**

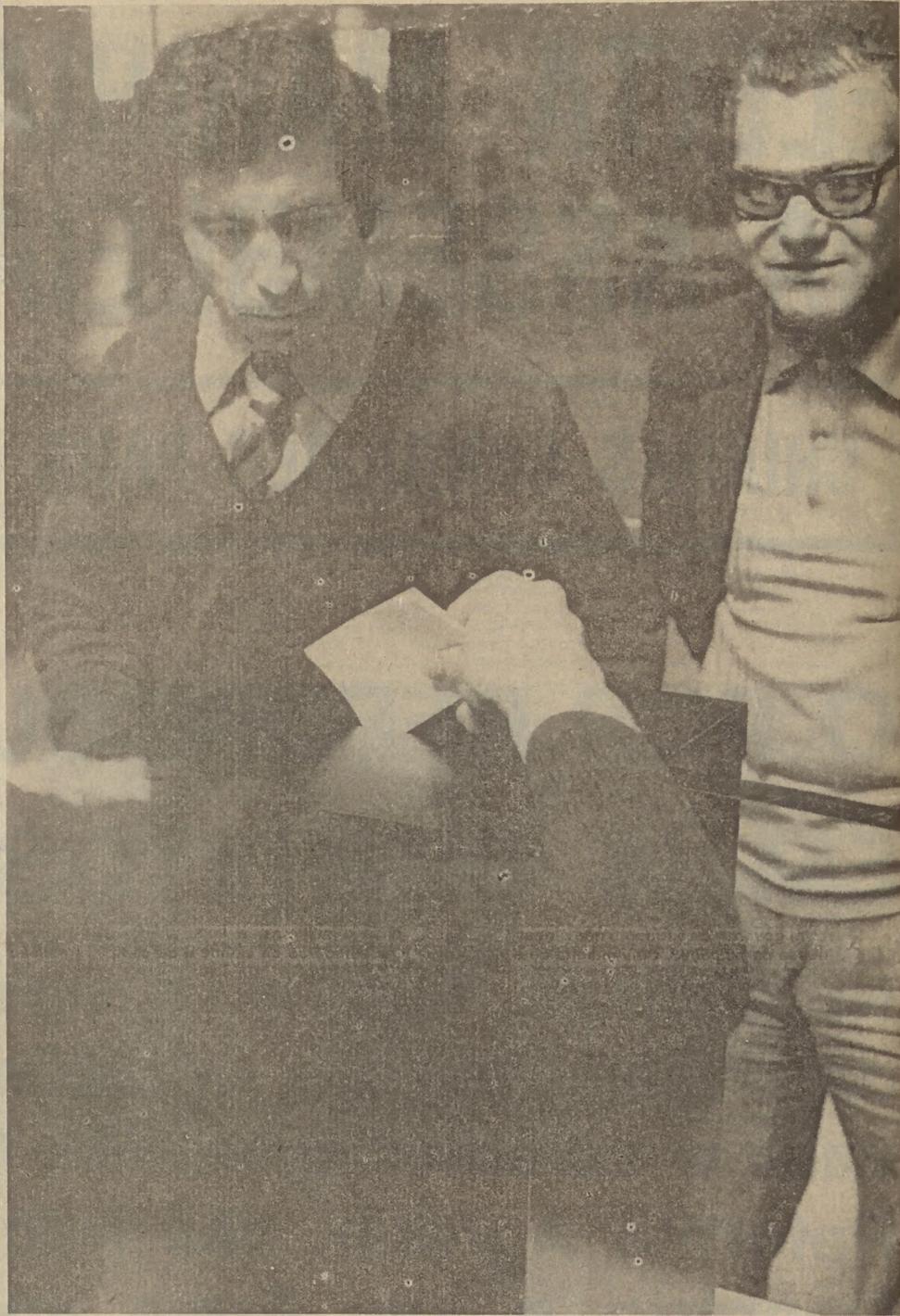
6. A derrota sofrida pela direita reacçãoária não pode porém ocultar os perigos que comporta a melhoria de resultados obtidos por alguns dos partidos que a representam.

É evidente que o aumento de votação do CDS e a manutenção do PPD serão utilizados por esses partidos para reforçarem a sua acção de sabotagem política e económica do processo revolucionário, ao mesmo tempo que vai determinar um esforço para reforçarem o seu domínio nas zonas onde conseguiram já a liquidação das liberdades democráticas.

Derrotados nos seus objectivos finais (a conquista de uma maioria de direita que abrisse caminho a um governo de direita) as forças reacçãoárias tudo farão para impedir que a maioria de esquerda se concretize na constituição de um governo de esquerda que prossiga uma política de defesa da Constituição, de consolidação da democracia rumo ao socialismo.

A vitória conquistada pelo povo português nas urnas tem de ser consolidado no reforço da organização, no reforço da unidade das forças democráticas.

Um passo decisivo está dado. A luta continua!



obras de Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

obras de Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

obras de Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro
Soeiro Pereira Gomes

Na mesma colecção:
Engrenagem —
Refúgio Perdido e outros contos

ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES
(A linguagem e o preço)

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA FILOSOFIA MARXISTA-LENINISTA

ABC do Marxismo-Leninismo

Série B
IMAGEM MODERNA DO MUNDO
Nº 2

A HISTÓRIA: ACASO OU LEI?

Pedidos a:
— Central Distribuidora
Livreira, R. Pedro Nunes, 9-A
Lisboa 1

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

MCO 2

SOCIALISTAS E COMUNISTAS

É POSSÍVEL A COOPERAÇÃO?

Código: 62.02 Preço: 40\$00

LARGAMENTE CONFIRMADA A IMPLANTAÇÃO DO PCP ENTRE AS MASSAS TRABALHADORAS

O voto no PCP foi a nota dominante da maioria de esquerda, imposta pelos trabalhadores à direita reaccionária

O PCP saiu reforçado das eleições para a Assembleia da República. Na altura em que escrevemos, não são conhecidos ainda os resultados finais. O apuramento vai, porém, suficientemente avançado para que seja legítimo realçar que o nosso Partido confirmou largamente a sua grande implantação no seio das classes trabalhadoras da cidade e do campo, entre os pequenos e médios agricultores e entre outras camadas laboriosas da população.

No ano que passou desde as eleições para a Constituinte, cresceu o apoio de massas ao nosso Partido. Reflectido nas urnas, esse apoio confirma, por outro lado, a íntima ligação entre as conquistas da revolução e avanço do processo democrático a caminho do socialismo.

Essa íntima ligação não necessita das eleições para se afirmar. Afirma-se a todos os níveis da organização do Partido, diariamente. Afirma-se na actuação do movimento operário e popular. Afirma-se no movimento sindical.

Mas as eleições foram um acto político importante. Os seus resultados contam muito para a estabilização da situação democrática, para a consolidação e avanço do processo democrático a caminho do socialismo.

Por isso realçamos essa íntima ligação, conforme se manifestou nas eleições para a Assembleia da República.

O socialismo não se constrói sem as classes trabalhadoras, não se constrói sem o PCP. As nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, as liberdades democráticas têm na classe operária, nos assalariados agrícolas, nos pequenos e médios camponeses, nos trabalhadores sem terra, os seus grandes defensores. Seu grande defensor, é também o Partido Comunista Português. Para o PCP, não há revolução, não há processo democrático, sem a defesa intransigente dessas conquistas e realizações.

A votação no nosso Partido confirmou essa defesa. As eleições foram mais uma prova bem clara de que não é possível construir o que quer que seja de válido e duradouro no caminho do socialismo sem o PCP, e muito menos contra o PCP.

Um governo de esquerda não é possível sem a nossa participação. Uma maioria de esquerda na Assembleia da República é impraticável sem o PCP. Estas realidades foram claramente demonstradas. Práticas ou manobras, que tentem contrariá-las, estão condenadas ao malogro e constituem atentados à vontade popular e ao caminho que escolheu para progredir, em democracia, para uma sociedade socialista.

O apoio das massas trabalhadoras ao nosso Partido é uma parte irrecusável do seu apoio ao

socialismo. É uma parte bem expressa, nas eleições, nos resultados obtidos pelo PCP e pelas outras forças de esquerda.

O reforço generalizado do nosso Partido, sendo um reflexo da organização e do trabalho de massas, constitui também um voto no futuro. Representa, não só para nós, comunistas, mas para todas as forças e reservas democráticas e progressistas, uma manifestação de que não se pode recuar, ou sequer parar, na via aberta em 25 de Abril de 1974.

Dois anos depois, as eleições para a Assembleia da República demonstram que o povo português não perdoará a quem, por vezes em seu nome, quer ignorar ou subverter as realizações materiais e os princípios que são os alicerces das conquistas já alcançadas e das novas que virão com o fortalecimento da democracia.

O povo português votou contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego, por melhores salários, por melhor assistência médica e medicamentosa, por pensões que dêem para viver com desafogo. Os trabalhadores votaram contra as ameaças e os perigos reaccionários, contra o terrorismo, contra a instabilidade, pelo reforço das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, das liberdades democráticas.

A escolha foi bem nítida. Foi mais uma vez bem demonstrado que o socialismo tem o apoio das mais largas massas. Dúvidas, se as havia, desapareceram perante o apoio dado nas urnas ao nosso Partido e às outras forças de esquerda.

Trata-se agora de cumprir. É preciso respeitar o voto popular. Ninguém pode ignorar a vontade de milhões de portugueses. Só para os seus inimigos, só para aqueles que pretendem destruir a democracia com bombas, golpes armados e o desrespeito pela Constituição, é que esse voto nada significa.

Contra esses, para quem as eleições, a Constituição, as instituições democráticas, todas as conquistas, realizações e anseios do povo trabalhador nada valem, contra esses só há um caminho: a força da unidade cada vez mais firme das forças democráticas e progressistas, civis e militares, a forte aliança das massas trabalhadoras da cidade e do campo, a coesão sem falhas dos militares do 25 de Abril, a aliança Povo-MFA.

REFORÇO E VALORIZAÇÃO

Em todas as zonas do país onde existem liberdades e se podem praticar, sem ameaças nem perigos ameaçadores, o PCP alcançou uma larga votação. Houve um nítido reforço,



manifestado nas urnas em favor dos objectivos apontados pelo nosso Partido.

Em todo o lado onde foi possível falar livremente, trocar opiniões, sem ameaças e agressões, esclarecer e divulgar numa campanha sem peias, numa autêntica campanha democrática, os resultados das eleições aí estão para todos verem e verificarem que o nosso Partido saiu valorizado de um confronto com forças poderosas como são as fileiras da direita reaccionária, herdeira da influência do fascismo, que aproveita o que ele semeou para aumentar os lucros e a própria influência contra o povo trabalhador.

Mais de uma vez dissemos e cumpre-nos repetir que os atentados de toda a espécie de que o nosso Partido foi o alvo predilecto, antes e durante a campanha eleitoral, não tiveram origem em qualquer aversão do povo pelos comunistas, não foram conduzidos pelos trabalhadores. Fora obra da direita reaccionária, apoiada em tudo o que sobrou (e foi muito) da opressão de cinquenta anos de fascismo.

O anticomunismo subiu de tom e agressividade durante a campanha eleitoral. Em cartazes, em folhas, em jornais, na rádio, na televisão, em algumas igrejas, em algumas escolas, na rua, no mercado, no gabinete, em locais públicos ou privados, não houve dia em que o PCP não fosse o alvo da ameaça, o fito da intimidação, o objecto da calúnia, da patranha, da agressão, do boicote.

Estamos habituados a lutar contra isso com as armas democráticas. A tal nos habituou o fascismo. Sabemos opor a justiça da nossa luta às ferozes campanhas de descrédito, que são campanhas contra o nosso povo. Sabemos opor ao anticomunismo o esclarecimento, a força da verdade, o poder de uma política feita com os trabalhadores e pelos trabalhadores.

Por conseguinte, não vimos a público lamentar-nos. Vimos a público denunciar e mostrar provas de que, enfrentando uma campanha anticomunista em que participou a grande maioria dos partidos e grupos concorrentes às eleições (CDS, PPD, AOC, MRPP, PC de P (ml), UDP e até alguns sectores do PS), conseguimos reforçar as posições do nosso Partido até em localidades onde o anticomunismo é mais aceso, onde ele é constantemente soprado pelo caciquismo, pelos restos do fascismo e pela direita reaccionária.

Numa correlação de forças favorável, as fileiras da reacção, o número de votos no PCP não diminuiu, antes aumentou, por vezes de modo significativo, demonstrando a expansão cada vez maior do nosso Partido em regiões inteiras, que eram tidas por coutadas da reacção.

Não ficamos pelo caminho. O caminho é dos trabalhadores e nosso também. É o caminho do seu Partido, o caminho do PCP, o Partido dos trabalhadores, que de novo afirmaram o seu poder nas eleições para a Assembleia da República.

A ABSTENÇÃO FOI MAIOR ONDE MAIORES FORAM A AGRESSÃO E A CALÚNIA

A campanha eleitoral da direita reaccionária e as provocações desenfreadas dos grupos neonazis afastaram das urnas grande número de eleitores

A abstenção foi maior este ano do que em 1975. Não é bom sintoma para a democracia. É sinal de que, onde a direita reaccionária impõe a sua lei, as massas têm tendência para se afastarem da participação política.

O fascismo fez tudo o que pôde para que esse afastamento fosse perpétuo como a opressão que tentou implantar para sempre no nosso País. Não o conseguiu. Mas as raízes ficaram e custam a arrancar da terra portuguesa.

O nosso povo não se absteve de reaver muito do que era seu. Os últimos dois anos mostraram como a sua participação é forte e decidida. O que foi alcançado, em tão curto período, tem sido defendido e consolidado pelos trabalhadores.

Mas o processo democrático tem passado por rudes provas. A direita reaccionária tem vindo a atacar as bases da consoli-

dação. Pretende destruir tudo o que os trabalhadores conquistaram e realizaram em dois anos de revolução. A campanha eleitoral também lhe serviu para isso. Serviu às forças reaccionárias para actos de terrorismo, atentados, ameaças e intimidações que, no campo lavrado pelo fascismo, tinham de dar fruto.

Afastar os trabalhadores da luta e da vida política é o eterno desejo, sempre renovado, das forças da direita reaccionária. É o modo mais seguro de afastar as massas trabalhadoras dos seus direitos e de, assim, pretender tirar-lhes os meios mais seguros de os defenderem.

Mas o que é de preservar e proteger para o avanço da revolução jogava-se também nestas eleições para a Assembleia da República. Não era uma jogada decisiva. As eleições não são tudo num processo democrático. Contudo, foi mais

do que uma vez assinalada pelo PCP a sua importância para o avanço da Revolução de Abril.

A grande maioria assim o entendeu e foi votar. Houve, porém, zonas onde a abstenção aumentou relativamente ao ano passado. As razões são de vária ordem. Mas entre elas temos de convir que adquirem relevo especial o desinteresse

sempre fomentado pela direita e pelos seus acólitos neonazis, com os meios violentos e os objectivos já apontados, e também a recusa de participar num acto eleitoral que se segue a uma campanha onde por várias formas se agrediu diariamente e, muitas vezes, de forma insuportável, o simples bom-senso do eleitor, as suas convicções mais razoáveis, utilizando a calúnia, a demagogia, a falsidade mais rasteira, o ataque pessoal mais violento, o palavreado mais sórdido, a estupidéz mais entranhada.

Fomos vítima dessa campanha. Fomos o alvo principal da utilização do obscurantismo e da ignorância. Deles fez largo uso a direita reaccionária com os seus caceteiros da palavra e do gesto. A eles se dedicaram por inteiro os grupos neonazis, que fizeram do anticomunismo o seu programa eleitoral.

Para isso dispuseram da rádio, da televisão e dos jornais. Não lhes faltaram meios para lançar a confusão, para lançar a ideia de que a política, a participação na vida política é coisa de arruaceiros e de vadios.

Não é. Os trabalhadores sabem que não é. Prova-ram-no lançando a sua força nas eleições. Mas a participação seria ainda maior, se a campanha tivesse decorrido em todo o lado ao abrigo das liberdades que o povo português conquistou e que os resultados das eleições servirão para defender.

Karl Marx

a doutrina de marx é onnipotente porque é justa

lenine

à venda

EM TODAS AS LIVRARIAS

Pedidos a CDL Central Distribuidora Livreira

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO 10

KARL MARX PEQUENA BIOGRAFIA

Evguénia Stepánova

de ALVARO CUNHAL

Novamente à venda

A Superioridade Moral dos Comunistas

1.ª edição: 50 000 ex. — 2.ª edição: 25 000 ex.

À VENDA NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIÇÃO: CDL — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

UMA PRESENÇA INDISPENSÁVEL NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Os resultados das eleições comprovam que a construção da democracia em Portugal não é possível sem o PCP

Os resultados das eleições para a Assembleia da República reflectem desde já, para além da obtenção de uma maioria de esquerda, um facto incontroverso: o significativo aumento da votação no partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português. Contrariando as "previsões" da imprensa reaccionária, que mal escondiam os desejos das forças reaccionárias, o PCP recebeu o apoio não só daqueles que o ano passado, quando das eleições para a Assembleia Constituinte, haviam nelé confiado, mas de dezenas e dezenas de milhares de outros portugueses que, não obstante todas as campanhas em contrário, souberam ver no PCP o Partido realmente capaz de defender os verdadeiros interesses dos trabalhadores, de todo um

povo decididamente empenhado em cortar as raízes com o passado e instaurar no nosso país uma verdadeira democracia, cuja própria construção só é possível se apontada na direcção do socialismo.

Aos olhos de todos, o Partido Comunista Português reafirma-se assim incontestavelmente como um grande partido nacional, um partido cuja força quantitativa e qualitativa o tornam mais do que nunca elemento imprescindível para o desenvolvimento do processo revolucionário no nosso país.

Só os especuladores encartados ao serviço da burguesia ou os incapazes de compreender a dinâmica profunda da revolução portuguesa poderão ter ficado surpreendidos com a vitória — porque de vitória se trata — do nosso Partido nestas eleições.

Surgido da clandestinidade depois de um longo meio século de luta sem tréguas contra a tirania fascista, durante a qual foi a única força de esquerda organizada e capaz de mobilizar as massas nas heróicas larefas da resistência — à custa de toda a ordem de sacrifícios, incluindo o da própria vida de dezenas e dezenas de militantes — o PCP desde logo se afirmou como um defensor acérrimo das liberdades e um combatente infatigável e consequente pelas justas aspirações de um povo esmagado pela opressão impiedosa dos grandes monopólios.

Desde as primeiras horas após a revolução vitoriosa, as classes trabalhadoras souberam sempre encontrar nos comunistas os militantes firmes e decididos capazes de, em todos os momentos, encarnarem as suas

reivindicações e encontrarem as soluções mais correctas para os complexos problemas com que o processo revolucionário ia deparando.

Podemos dizer que durante os dois anos que hoje nos separam dessa memorável madrugada de Abril, não há conquista da revolução, não há marco importante da imparável caminhada do Povo Português para a sua completa libertação da terrível herança do passado, a que o nome do PCP e a acção dos comunistas não estejam indelevelmente ligados.

Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário, descolonização, exercício das liberdades, desenvolvimento e organização das estruturas populares: qual força política, mais do que o PCP, lutou consequente e realisticamente por estas

decisivas conquistas da revolução? Quem, mais do que os comunistas, se empenhou a fundo na sua concretização?

Por tudo isto, não pode constituir surpresa o aumento da adesão popular ao Partido Comunista Português.

Presente até agora em todos os governos provisórios, o PCP tem caracterizado a sua acção a esse nível por uma extrema coerência. A nossa política sempre foi muito clara. No governo ou fora dele, nunca deixamos de ter a mesma política: a defesa intransigente dos interesses das classes trabalhadoras e do povo português, o empenhamento total na construção em Portugal de uma sociedade em que as mais amplas liberdades se juntassem o fim definitivo da exploração do homem pelo homem.

Nem sempre fomos bem compreendidos. Algumas vezes, às vozes da direita reaccionária e do fascismo, jogando primeiro com alguma subtilidade, depois abertamente no mais primário anticomunismo, juntaram-se as de certos pretensos democratas e progressistas, umas vezes eles próprios influenciados por esse mesmo anticomunismo instilado por Salazar e Caetano, outras vezes caindo na ingenuidade de procurar alianças à direita e não à esquerda.

Pelo nosso lado, nunca fechamos as portas ao diálogo. Sobre quaisquer outras, privilegiamos sempre as soluções de carácter político. No governo ou

nas ruas, nas fábricas ou nos campos, nos escritórios ou nas escolas, vimos sempre na ampla unidade das forças de esquerda, civis e militares, o caminho mais certo para que as conquistas populares se concretizassem e consolidassem, para que a revolução avançasse com passos seguros e firmes.

Tivemos que vencer incompreensões. Tivemos também que vencer ataques e calúnias. Mas em todas as circunstâncias, mesmo quando ondas de terror se abatiam sobre as nossas sedes e os nossos militantes, mesmo quando a imprensa ao serviço da direita reaccionária vertia sobre o nosso partido os ataques mais soezes, as calúnias mais infames, os comunistas souberam manter a serenidade e ao mesmo tempo a firmeza, não respondendo a provocações mas também não abrandonando na defesa das nossas posições. Nunca o fizemos por intransigência, mas sim por termos a clara consciência de que, mais do que uma posição partidária, defendíamos os mais profundos e legítimos interesses do Povo Português.

Também por tudo isto, não pode constituir surpresa o aumento de adesão popular ao Partido Comunista Português.

Hoje, existe um instrumento jurídico fundamental da Revolução portuguesa, uma arma poderosa para a defesa das conquistas populares, a defesa da democracia e o avanço para o socialismo: a Constituição

da República. Na sua elaboração, na aprovação dos passos mais significativos, a contribuição do PCP foi de importância decisiva. Se nos debates sobre a Constituição houve deputados cuja actuação jamais se caracterizou pela ambiguidade ou pela falta de firmeza na salvaguarda dos interesses populares — esses foram os deputados comunistas.

Das representações partidárias presentes em S. Bento houve os que, sem margem para equívocos, se colocaram contra o regime democrático a caminho do socialismo. Houve também quem, aprovando a Constituição, o fizesse com as reservas próprias de quem está preparado para, na primeira oportunidade, dar o dito por não dito. É impensável a possibilidade de defender e aplicar a Constituição, sendo assim fiel ao desejo expresso pela maioria do Povo Português, sem para isso contar com a força da militância comunista.

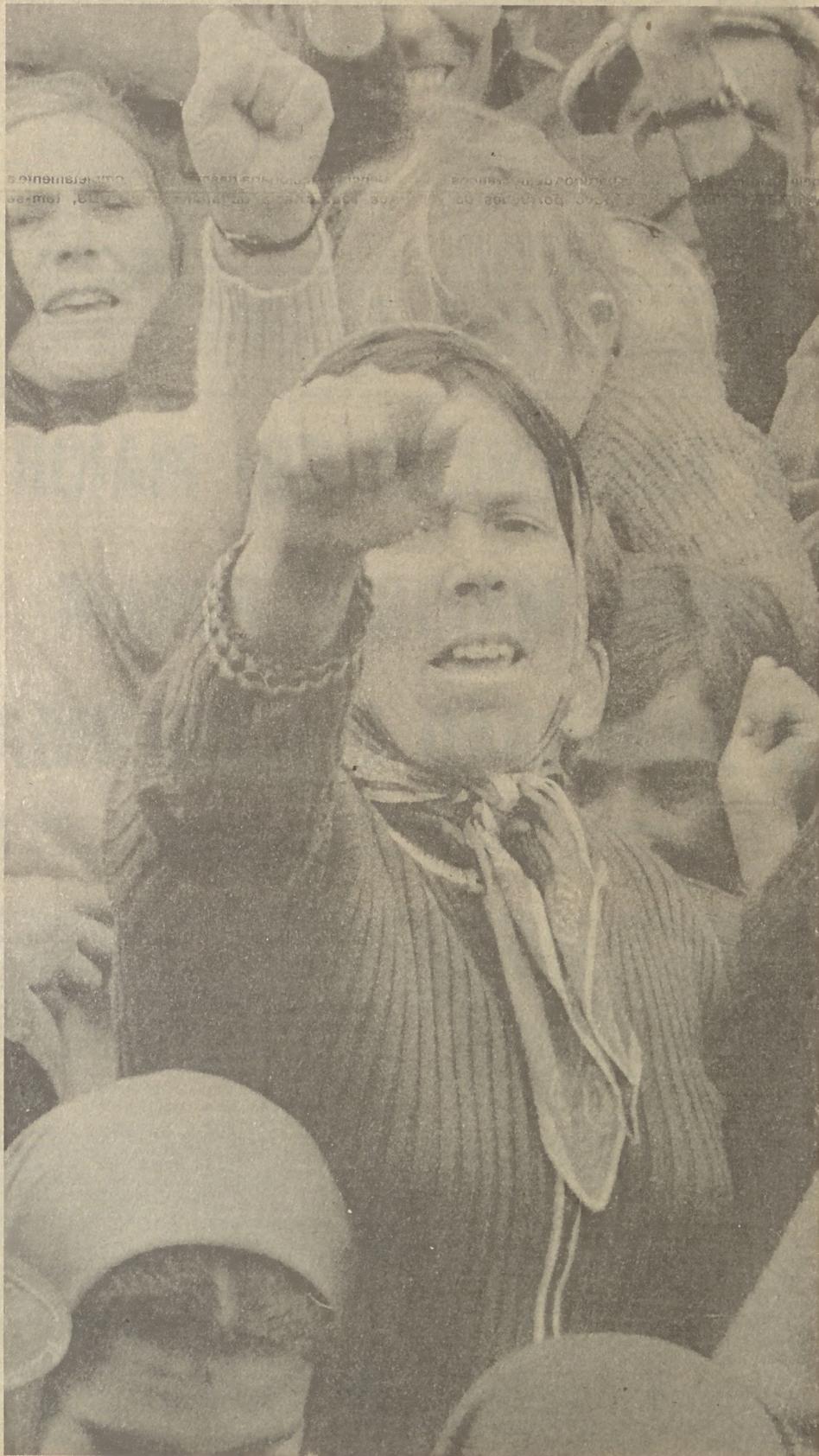
Ainda também por isto, não pode constituir surpresa o aumento de adesão popular ao Partido Comunista Português.

Das eleições para a Assembleia da República resultou, pelo menos em teoria, uma clara maioria de esquerda. Para um tal resultado, a votação no PCP foi um factor decisivo. Agora mais do que nunca, o Partido Comunista Português surge como uma força política fundamental para a construção da democracia e do socialismo em Portugal. Agora mais do que nunca, é correcto dizer-se que a luta por tais objecti-

vos, a que os portugueses deram novamente a sua adesão, não é possível sem o PCP e muito menos contra o PCP. Agora mais do que nunca, é justo afirmar que a política de unidade antifascista desde sempre defendida pelo Partido Comunista Português, a sua coerência de actuação dentro e fora do Governo, o seu decidido empenhamento na defesa e desenvolvimento das conquistas populares são uma componente indispensável ao prosseguimento da Revolução.

Fielis ao passado e confiantes no futuro, os comunistas portugueses saberão estar à altura das responsabilidades que lhes são impostas pela sua activa interferência na vida política nacional e pelo apoio crescente das massas populares. Partido dos trabalhadores e das conquistas da revolução, Partido da democracia e da marcha para o Socialismo, o PCP afirma-se como força insofismavelmente determinante para a concretização de uma política verdadeiramente posta ao serviço das classes laboriosas.

A votação reflectiu, confirmando os resultados do ano passado, a tendência maioritária dos portugueses no sentido da democracia e do socialismo. Uma política que corresponda à vontade do eleitorado só poderá ser uma política de esquerda — e tal só será possível com um governo de esquerda. Um governo no qual a presença do PCP, mais do que uma necessidade aritmética, surge como uma exigência do próprio processo revolucionário.



O camarada Álvaro Cunhal quando entregava o boletim de voto

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Eram cinco e meia da madrugada quando o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, se deslocou ao Centro de Escrutínio na Fundação Gulbenkian, acompanhado do camarada Veiga de Oliveira, ministro das Obras Públicas, e logo centenas de jornalistas o rodearam.

Numa breve conferência de imprensa que deu no Auditório 2, tendo sido recebido com uma prolongada salva de palmas quando entrou na sala, o camarada Álvaro Cunhal fez uma breve introdução antes de responder às perguntas dos jornalistas, referindo-se nomeadamente à

importância das eleições, que mostram um reforço considerável do processo democrático, particularmente na zona da Reforma Agrária, confirmando o apoio à política do nosso Partido por parte dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores.

Depois de referir que o nosso Povo lutou contra a reacção, o secretário-geral do PCP afirmou que tudo parecia indicar a possibilidade de uma maioria de esquerda na Assembleia da República.

Respondendo a várias perguntas sobre a continuação do Governo Provisório, que apoiou, pois uma atitude contrária

poderia não facilitar a estabilidade democrática, o camarada Álvaro Cunhal lembrou que só as forças reaccionárias estão interessadas na desestabilização.

Depois de afirmar que uma maioria com os partidos reaccionários nunca será uma maioria democrática, o camarada Álvaro Cunhal acrescentou que o PCP não é um Partido para apoiar a política de outros partidos mas sim para estabelecer uma plataforma susceptível de permitir um acordo que leve à defesa de uma política de esquerda.

Em resposta a uma pergunta sobre a implantação do Partido nas

várias zonas do País o secretário-geral do PCP sublinhou que os resultados eleitorais do nosso Partido no Alentejo são como que um plebiscito de apoio à Reforma Agrária.

Quando ao Norte, afirmou que o PCP está a reforçar as suas posições nessa zona. O camarada Álvaro Cunhal respondeu ainda a várias perguntas sobre as diferenças económicas e sociais que existem entre Portugal e os países da Europa Ocidental, designadamente no que respeita às conquistas revolucionárias consignadas na Constituição que entrou em vigor ontem à noite.

A MAIORIA DE ESQUERDA ELEITA EXIGE UM GOVERNO DE ESQUERDA

A maioria do povo português, ao eleger uma maioria de deputados antifascistas para a Assembleia da República manifestou-se firmemente pela defesa das conquistas da Revolução e pela consolidação da democracia rumo ao socialismo consagradas na Constituição. Só um governo de esquerda poderá executar esta vontade. O PCP definiu já a sua posição: **avante pela unidade das forças democráticas, avante por uma política de esquerda, avante por um governo de esquerda!**

A única forma de evitar um governo de direita, a única alternativa democrática, a única alternativa de esquerda é uma maioria com o PCP e um governo com o PCP.

O povo português, nas segundas eleições realizadas em Portugal após a queda do fascismo, manifestou firmemente a sua decisão de se opor ao regresso do poder dos monopólios e dos agrários, a sua determinação de defender a democracia rumo ao socialismo consagrada na Constituição da República.

O primeiro passo para a defesa da democracia e da revolução está dado: uma maioria de esquerda já existe na Assembleia da República!

Pode-se já afirmar sem receio de errar:

O povo português manifestou a sua vontade e para tanto elegeu para a Assembleia da República uma maioria de deputados de partidos de esquerda, reforçou as posições do Partido dos trabalhadores, da vanguarda organizada da classe operária — do PCP. O povo português transformou em realidade o que o nosso Partido afirmou: «uma grande votação no PCP é condição indispensável para uma maioria de esquerda, um governo de esquerda, uma política de esquerda».

Agora, para que a vontade do povo seja efectivamente respeitada, para que a política de esquerda por que o povo português votou seja uma realidade, é necessário que a maioria de esquerda se concretize num governo de esquerda e numa política de esquerda — que não pode ser feita sem o PCP.

Impende sobre o Partido Socialista no presente momento uma pesada responsabilidade: após uma campanha eleitoral em que se recusou a definir com clareza a sua política, o PS terá agora de o fazer.

Os resultados eleitorais vieram confirmar a análise do PCP: nenhum partido dispõe de maioria na Assembleia, pelo que a constituição de um governo tem de depender de acordos entre dois ou mais partidos. Esses acordos condicionarão evidentemente a acção do governo e trata-se de saber se o PS, partido maioritário, escolhe estabelecer acordos para uma política de esquerda — o que significa acordo com o PCP — se prefere um entendimento com a direita do PPD e do CDS.

Os mesmos resultados eleitorais indicam — não só pela maioria concedida aos partidos democráticos — a vontade da maioria do povo português de ver prosseguida uma política de defesa do processo revolucionário. Na verdade, o reforço das posições do PCP denota claramente a determinação das classes trabalhadoras de oporem uma firme barreira às tentativas de assalto da direita reaccionária. Por outro lado, o próprio reforço do CDS, à custa da descida do PPD, mas também do PS indica que a base eleitoral do Partido Socialista sofreu uma depuração à direita. Muitos dos eleitores há um ano haviam entregue ao PS um voto equívoco, um voto de direita escolheram decididamente este ano, optando pelos partidos que oferecem claramente um programa de recuperação capitalista, um programa reaccionário. Os resultados do PS provêm assim em maior percentagem de camadas interessadas no processo revolucionário, que recusam as alternativas que lhes oferece a direita reaccionária, que pretendem ver o partido cujos deputados elegeram pôr em prática uma política de esquerda para a execução da qual lhe deram condições.

Contudo, não se pode ignorar que a política equívoca seguida até à data pela direcção do PS causou já graves prejuízos ao processo revolucionário, de que os próprios resultados eleitorais daquele partido se ressentiram. O não alinhamento decidido do Partido Socialista numa política de defesa dos interesses populares em numerosas circunstâncias dos últimos meses contribuiu decisivamente e provocou até condições de instabilidade, de incerteza e abriu frequentemente o caminho para o avanço das forças reaccionárias ou para a criação de situações de que estas vieram a beneficiar.

A hipótese levantada por dirigentes socialistas nos últimos tempos da campanha eleitoral de um governo minoritário exclusivamente socialista contando com o apoio parlamentar do PCP mereceu já do nosso Partido uma crítica categórica. O PCP não pode avilizar uma política equívoca, o PCP não passa cheques em branco, jamais apoiará uma política contrária aos interesses dos trabalhadores.

E justifica-se a pergunta: que leva o PS a reacear o acordo com o PCP, a preferir o isolamento.

Sabendo-se que o PCP recusará sempre uma política contra os interesses das classes trabalhadoras, só o projecto de uma política que lhes seja efectivamente contrária pode determinar a recusa de concretizar uma vontade que claramente foi expressa nas urnas pela maioria do eleitorado.

A aliança com os partidos da direita assinalará por parte do Partido Socialista o definitivo afastamento de uma política democrática e antifascista, a cumplicidade e a colaboração com a política contra-revolucionária de recuperação capitalista, de abrir as portas ao fascismo. A tentativa de governar minoritariamente é abrir caminho a uma instabilidade governativa que só favorece a reacção, privando o povo português de uma vitória para que ele abriu caminho através da sua votação em 25 de Abril de 1976.

Ao longo dos últimos meses e muito especialmente durante a campanha eleitoral, quando a escalada da violência reaccionária desmascarou completamente a face reaccionária da aliança PPD-CDS, tem-se verificado um crescente movimento em largos sectores do PS no sentido de uma unidade com o PCP. Em numerosas empresas, organizações de vontade popular, autarquias, etc. a unidade de acção de comunistas e socialistas fortalece-se. Os resultados frutíferos e apontam para a necessidade de alargar e consolidar tal unidade, de lhe dar a expressão consequente que permita a todos os níveis respeitar os interesses das classes trabalhadoras e de todo o povo português.

A maioria de esquerda existe, foi conquistada pelo povo português.

A sua concretização depende do estreitamento da unidade na base e agora também da opção de classe dos dirigentes do PS, do combate a todas as tendências sectárias, do reforço da coesão de todos os trabalhadores na defesa do processo revolucionário. A sua concretização a nível de Assembleia da República e de governo é indispensável à defesa e avanço do processo revolucionário!

SÓ A REACÇÃO TEME O ESCLARECIMENTO

O Partido Comunista Português foi o partido que maior número de sessões e comícios realizou durante a recente campanha eleitoral e apesar do boicote da direita reaccionária

A direita reaccionária não se poupou nas tentativas para boicotar os comícios e sessões de esclarecimento do Partido Comunista Português, no decorrer da campanha eleitoral, conseguindo em vários casos os seus intentos e sempre nas regiões onde não existem liberdades e a lei é ditada pelos caciques locais apoiados nos caceteiros. O PCP denunciou tal situação muito antes das eleições anteriores, visto não poderem ser livres as eleições nas regiões onde os partidos políticos não podem desenvolver, sem entraves, a sua campanha de esclarecimento.

Precisamente porque teme o esclarecimento das massas trabalhadoras é que a reacção assim procede nas regiões que controla não olhando a meios para manter afastados da população os partidos que podem levar uma mensagem de liberdade e paz, uma mensagem que abra para as populações um horizonte novo sem a exploração do homem pelo homem.

Mas não foi este contratempo que impediu o Partido Comunista Português de contactar com as massas nos locais mesmo onde a reacção instalou os seus feudos, como é o caso de Braga, Viseu, Bragança. Inclusive em Rio Maior, onde,

grandes agricultores e donos e senhores, montaram quarte-general realizou-se uma sessão do PCP, quase no encerramento da campanha eleitoral.

Procurando esclarecer, procurando dar a conhecer a nova realidade portuguesa a numerosas camadas da população portuguesa, o PCP foi o Partido político que mais sessões realizou. Numa média de 150 sessões e comícios por dia o Partido Comunista esteve presente e foi ouvido em todo o país.

Num total que ronda 3000 comícios e sessões, nenhum outro partido como o PCP desenvolveu tão grande esforço no sentido do esclarecimento político, motivando os trabalhadores e a população para participarem activamente na vida política do País, participando no diálogo, desfazendo calúnias, sem nenhuma barreira a separar comunistas de não comunistas.

Nunca ninguém conseguiu perturbar uma sessão com o diálogo. Os boicotes, quando os houve, foram sempre violentos. Ninguém conseguiu boicotar sessões fazendo perguntas. Para evitar que uma sessão do PCP se realizasse foi sempre necessário impedi-la pela força, nas localidades onde domina o caciquismo e actua os provocadores

armados, sem que as autoridades intervenham com eficácia na defesa das liberdades.

A direita reaccionária pretende afastar as populações da vida política mantendo-as na mais completa ignorância. O PCP pretende que todos participem e na actividade organizada de todos surjam as resoluções dos problemas. Por isso as abstenções nas eleições de ontem tiveram margens mais elevadas nos locais precisamente onde a direita reaccionária ainda domina (esperemos que por pouco tempo). Esta reacção das populações que decidem não participar num acto que para todos os efeitos, para eles, é falso. Em contrapartida, nos locais onde a liberdade se exerce a afluência ao voto regista percentagens muito mais elevadas.

O Partido Comunista Português considera indispensável que todos participem na construção do novo Portugal, donde todo o seu empenho de transmitir o mais longe possível o seu programa, arrostando com os perigos que possam existir.

Os partidos da direita reaccionária escolhem o obscurantismo e impõem-no. O Partido da classe operária espalha a verdade e por isso é boicotado e os seus militantes muitas vezes

agredidos, mas nunca isso foi motivo para recuarmos. Como não recuámos antes do 25 de Abril de 1974. Como não recuámos nesta última campanha eleitoral. Como não recuaremos em todo o trabalho de esclarecimento que a partir de agora mais importante se torna.

Colecção:
Obras de
Soeiro Pereira
Gomes

ESTEIROS



ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro
Soeiro Pereira Gomes

Na mesma colecção:
Engrenagem —
Relógio Perdido e outros contos

GRUPELHOS NEONAZIS COBERTOS DE RIDÍCULO!

Os grupelhos provocatórios neonazis foram às eleições tentando dividir as massas trabalhadoras e procurando fomentar o ódio anticomunista. Mas os seus intentos falharam e cobriram-se de ridículo perante o povo português

Os grupelhos provocatórios neonazis MRPP, AOC e PC de P(mi) tiveram por única função — e os ridículos resultados eleitorais por eles obtidos comprovam-no exuberantemente — fomentar junto da massa de eleitores o ódio anticomunista, despejar as mais baixas calúnias contra os trabalhadores, contra o processo democrático, e particularmente contra o Partido Comunista Português.

A grande maioria do eleitorado não se deixou comover por aqueles cantos de sereia reaccionários disfarçados. A maioria do povo português votou contra a reacção e remeteu ao esquecimento aqueles braços avançados das forças reaccionárias.

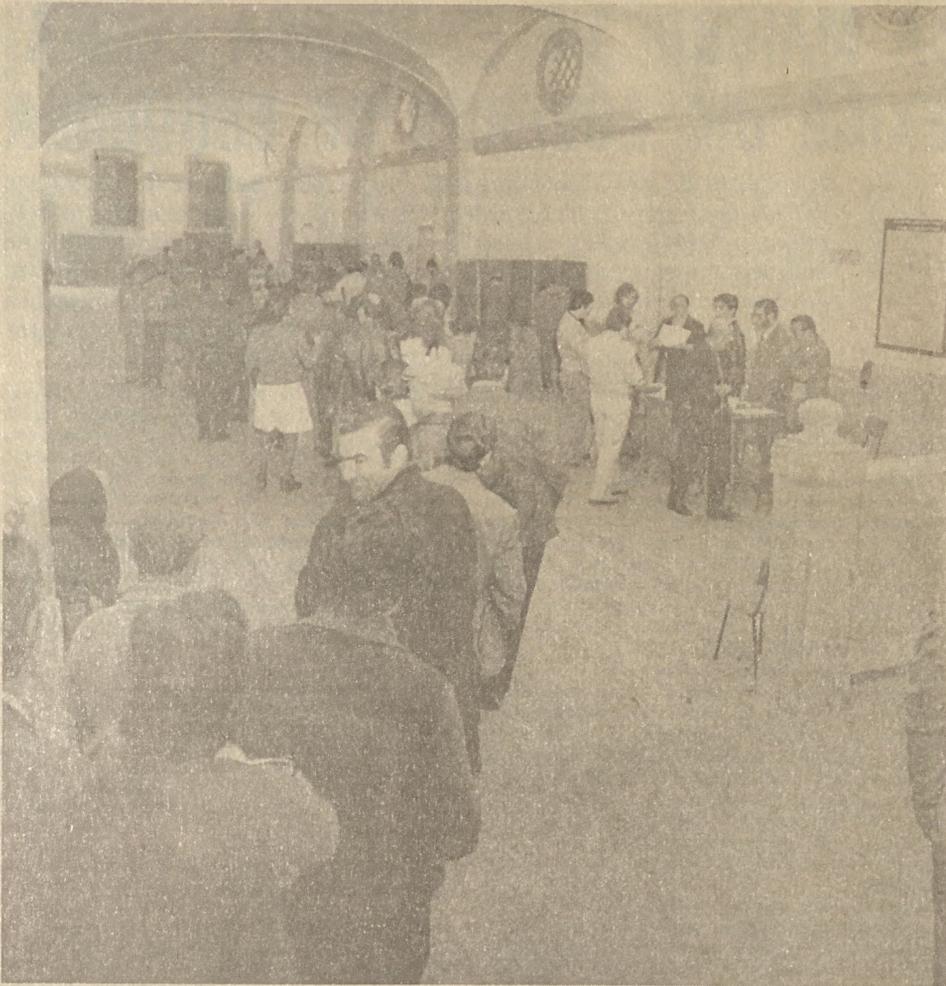
Depois do espalhamento com que têm atravessado o processo português, os grupelhos provocatórios saem deste acto eleitoral cobertos de ridículo. O «grande explicador» Arnaldo Matos, líder do grupo neonazi MRPP, alguns dias antes das eleições, teve a desfaçatez de afirmar, num comício, que «tudo o que a classe operária fez depois do 25 de Abril foi o MRPP que lhe disse para fazer...» Esta afirmação ganha, desde ontem, uma dimensão nova: a da paranóia política.

Classificado pelo jornal «O Século» como um dos mais importantes líderes do processo revolucionário,

Arnaldo Matos e o seu grupinho, tal como Heduíno Vilar e os seus dois grupelhos, aparecem neste processo revolucionário como os líderes da provocação, como os agentes frustrados da divisão dos trabalhadores.

Matos, Vilar, MRPP, AOC, PC de P(mi), a outra face da moeda da provocação, da moeda da reacção. Cada vez mais isolados das massas trabalhadoras, que há muito compreenderam o seu papel provocatório, vivendo dos balões artificiais insuflados por muito respeitáveis jornais pluralistas, tais grupelhos deixaram cair as máscaras que usavam. As claras, a sua verdadeira cara: a de inimigos ferozes das massas trabalhadoras e da revolução.

Resta-lhes alegrarem-se com os resultados que os partidos da direita obtiveram por eles. Resta-lhes as fileiras da CAP e do MDLP, onde poderão prosseguir os seus ataques à Reforma Agrária, às liberdades e à democracia. Resta-lhes engrossar a procissão da santa aliança anticomunista. Mas ontem, como noutras ocasiões do processo democrático, as massas trabalhadoras reafirmaram que não passarão os inimigos da liberdade e da democracia, os inimigos dos trabalhadores, quaisquer que sejam as máscaras que usem.



ENTERRAR O PASSADO CAMINHAR PARA O FUTURO

Representando o primeiro grande acto político depois da promulgação da Constituição, as eleições que agora se realizaram — em que pela segunda vez o Povo português pôde expressar livremente a sua opção, após quase meio século de ditadura fascista — confirmam, de maneira inequívoca, a vontade dos trabalhadores e do povo em geral em assegurar a vitória das forças progressistas.

Os resultados obtidos significam, sem dúvidas, que a esmagadora maioria de Portugal pretende enterrar, definitivamente, um passado que algumas minorias, utilizando a desinformação e despolíticação de largas camadas populares, ao mesmo tempo que faz valer pela força os seus intentos, procura reviver.

Os resultados obtidos significam também que as massas populares, atentas ao evoluir da situação política no País, não pretendem a recuperação capitalista da economia nacional pelos grandes monopólios e grandes capitalistas que, lentamente, se estava a verificar através da política enganadora e, por vezes, descarada de partidos que de populares e democráticos só conservam o nome, que acompanha a sigla.

Culminando, pois, todo o trabalho — nem sempre o mais proveitoso, nem sempre o mais correcto — que deu origem à Constituição Portuguesa, a lei fundamental que desde as zero horas do dia 25 de Abril de 1976 passa a reger o destino do País, e que é sem dúvida o garante essencial para as grandes conquistas do povo português, as eleições para a Assembleia da República vieram dar o aval ao documento que a direita — a qual nalguns casos já não encobre o reaccionarismo — logo de imediato atacou e, como no caso do CDS, afirmou não cumprir.

A promulgação da Constituição Portuguesa, cujo carácter francamente progressista resultou da unidade das forças progressistas na Assembleia Constituinte e, por isso mesmo, ao definir a sua linha passou imediatamente a ser alvo dos ataques ferozes da direita, que mais uma vez partiu os dentes, a promulgação da Constituição, dizíamos, ganhou todo um outro relevo ao ser apoiada maciçamente pelas massas populares como o demonstram os resultados eleitorais obtidos.

O acto político que ontem teve lugar confirma, ao contrário das calúnias da direita, que o Povo português está de acordo com a Constituição que possui e que os deputados que a elaboraram na Assembleia Constituinte tiveram em conta o sentir e mantiveram-se fiéis à vontade da maioria da população.

DEFENDER A ESTABILIZAÇÃO

A direita reaccionária (pois a direita, mesmo que vista a pele do carneiro, não esquece a sua vocação reaccionária), tudo tentou para desestabilizar a situação política, económica e militar, jogando nessas cartadas a recuperação das posições de privilégio que via afundarem-se de dia para dia face à emancipação das classes trabalhadoras e do povo em geral.

A ordem democrática não serve os interesses da direita reaccionária. Fácil é para os trabalhadores confrontarem o logro enorme das posições da direita reaccionária, que apenas pretende o lucro fácil das minorias à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores, sejam eles operários, camponeses ou de serviços, perante a justeza das posições da esquerda democrática.

A ordem democrática é um jogo que a direita reaccionária não pode jogar porque lhe faltam os trunfos habituais da repressão, da censura e todos os outros processos com que amordaça o Povo, o que sucede no Chile de Pinochet mais descaradamente ou nos países social-democratas da Europa, mas procurando não dar muito nas vistas.

Por isso a sua tentativa de desestabilizar a situação política nos meses que antecederam as eleições. Tudo foi utilizado, desde a calúnia mais torpe à intimidação e ao atentado terrorista.

O período que antecedeu as eleições é um exemplo flagrante do que seria a "legalidade democrática", que alguns partidos tanto apregoam, se por infelicidade do Povo português a direita voltasse a reinar. E nesse aspecto convém não termos dúvidas: o período de Salazar e Caetano seria um verdadeiro paraíso comparado com o que esperaria o Povo português. Que o capital não esquece e gosta de saborear a vingança.

Frequente nos seus ataques e orquestrando pelo diapasão internacional a campanha anticomunista, que não visa só os partidos comunistas mas igualmente todas as forças progressistas consequentes, as forças da direita reaccionária procuraram criar todo um clima para que as eleições não se realizassem na intenção decerto de não as realizar nunca.

MAIORIA DE ESQUERDA — ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Mas, curiosamente, eram os pasquins que vomitam diário ou semanalmente as aberrações desses partidos que de imediato se esganavam nas acusações às forças progressistas, nomeadamente ao Partido Comunista Português, pretendendo fazer crer que eram estas que impediam as eleições e que jogavam declaradamente na deterioração da situação política.

Mais, a direita reaccionária foi ao ponto de fomentar greves, reactivou o terrorismo, embora encontrasse desta vez a oposição das populações já esclarecidas, e não se cansou de intrigar, esperançada assim de conseguir o que pelos outros meios falhava.

Quem seguisse com atenção a campanha eleitoral poderia verificar que os partidos reaccionários tinham os olhos noutros objectivos que não as eleições, não deixando, contudo, de fomentar a campanha anticomunista por intermédio de grupelhos nazis subsidiados para tal, como era, e continua a ser, o caso da AOC, PC de P (m-l) e MRPP.

Os partidos da direita reaccionária — valerá a pena mencioná-los, quando todos sabemos tão bem quem eles são e a experiência de anos que possuem? — falharam redondamente nos seus intentos.

As eleições realizaram-se em todo o País. O civismo do acto eleitoral, a exemplo do ano passado, foi exemplar. A vitória das forças progressistas, nomeadamente do Partido Comunista Português, representa a vontade do Povo português na estabilidade democrática que, como sabe pelos exemplos do 28 de Setembro, do 11 de Março e mais recentemente no 25 de Novembro, em que a direita não conseguiu o avanço pretendido, só é possível com uma

maioria de esquerda. Uma maioria de esquerda que assegure e respeite a vontade dos trabalhadores e da população em geral, já que não existe estabilidade democrática contra a vontade dos próprios trabalhadores e é isso, quando se verifica, chama-se ditadura.

O Povo português constatou, pois, na relação vitória das forças progressistas-estabilidade democrática. O resultado das eleições demonstra-o.

A DERROTA DA DIREITA

O resultado das eleições representa uma dupla derrota para a direita. Primeiro porque as eleições se realizaram e depois porque a tal maioria que a direita reaccionária tanto apregoava, num triunfalismo que contaria certamente com as "chapeladas" e a coacção, concretizou-se apenas numa percentagem longe da maioria pretendida.

Ao acompanharem os resultados das eleições, dirigentes de partidos de direita substituíram rapidamente as suas atitudes presunçosas dos primeiros resultados, que lhes eram largamente favoráveis, por sorrisos enfiados e atitudes titubeantes face ao desenrolar da vitória das forças progressistas, entre as quais o Partido Comunista Português. Alguns gaguejavam mesmo perante as câmaras da televisão quando os jornalistas atiravam com perguntas mais espígnhas. Sim, que agora há que prestar contas aos senhores do capital, sempre dispostos a investir, desde que recebam com juros, como juros largos que nunca satisfazem o seu apetite sem limites.

Também aqui a direita sofreu uma derrota, uma derrota tanto mais difícil quanto avançava neste País como em vinha vindimada.

A partir de agora um novo período começa. Nos quatro anos que se vão seguir a vitória das forças progressistas deve ser consolidada, mas não só. É urgente e deve começar desde já todo o trabalho de alargar às mais amplas camadas da população todas as conquistas obtidas depois do 25 de Abril para que a vitória de agora se multiplique amanhã e faça a direita reaccionária perder definitivamente as ilusões que ainda alimenta e que, certamente, determinadas forças procurarão continuar a alimentar.

O POVO PORTUGUÊS VOTOU NAS GRANDES CONQUISTAS DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

O povo português votou nas grandes conquistas revolucionárias

As massas trabalhadoras, dois anos após a histórica madrugada do 25 de Abril, reafirmaram uma vez mais a sua firme disposição de construir em Portugal uma sociedade democrática rumo ao socialismo. Conforme salientou o Partido Comunista Português, as eleições para a Assembleia da República revestiam-se de enorme importância para o futuro do nosso povo. E pode dizer-se que o povo português tomou plena consciência desse facto.

As eleições de ontem constituíram como que um plebiscito às conquistas da revolução. E esse plebiscito saldou-se por um esmagador apoio do povo português às conquistas revolucionárias: a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário.

Consagradas na Constituição, essas conquistas das massas trabalhadoras são o alvo dos ataques das forças da reacção e da direita. Estas sabem que, pondo-as em causa, tentando anulá-las, é a própria democracia, é o próprio futuro democrático do nosso povo que estão a pôr em causa.

Por isso, pode afirmar-se que, se em 25 de Abril de 1974, o odioso regime fascista foi derrubado, ontem a maioria do povo consagrou, de forma inequívoca, a instauração de um regime democrático. Mas um regime democrático que abre amplas perspectivas ao futuro das massas trabalhadoras porque as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário são as realidades já do presente a caminho do socialismo do futuro.

O POVO VOTOU CONTRA OS MONOPÓLIOS E LATIFÚNDIOS

O povo português votou contra os monopólios e os latifúndios, mostrou na sua grande maioria a firme recusa em não mais se deixar dominar pela ditadura terrorista do grande capital. Contra a recuperação capitalista, contra a sabotagem à Reforma Agrária, as massas trabalhadoras votaram nos partidos de esquerda que inscreveram nos seus programas as nacionalizações e a Reforma Agrária. Votaram nos partidos que, unidos ou convergentes na acção, impuseram que essas grandes conquistas das massas trabalhadoras figurassem na Constituição.

O acto eleitoral de ontem constituiu uma séria derrota e, simultaneamente, uma grande lição para as forças da direita. Beneficiando de todas as facilidades, os saudosistas do passado, os adeptos da exploração do homem pelo homem, foram repudiados pela maioria do eleitorado. Os seus partidos têm de se convencer que as massas trabalhadoras não mais querem ver a nossa pátria transformada numa enorme fábrica dos Melos, num poderoso banco dos Champalimados ou dos Espíritos Santos, num grande jornal dos Quinas ou numa imensa propriedade dos agrários da CAP. As massas trabalhadoras querem que Portugal seja um país livre, democrático, independente e pacífico, um país onde o fim da exploração do homem pelo homem seja uma realidade.

As nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária são conquistas irreversíveis do processo iniciado em 25 de Abril de 1974. Ao longo destes dois anos, as massas trabalhadoras demonstraram com firmeza que estão dispostas a defendê-las e a consolidá-las. Ontem reafir-

maram-no. As forças da reacção e da direita, os conspiradores fascistas e reaccionários que se desiludam: os seus ataques à democracia, as suas investidas às conquistas dos trabalhadores encontrarão pela frente a inexpugnável barreira das massas trabalhadoras, unidas e organizadas em torno do rumo socialista da nossa democracia.

O POVO VOTOU NA REFORMA AGRÁRIA, NAS NACIONALIZAÇÕES E NO CONTROLO OPERÁRIO

A Reforma Agrária é uma conquista histórica de todo o nosso povo. Mas é, igualmente, um dos alvos dos ataques das forças reaccionárias. Os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios camponeses criaram novas relações e uma nova situação nos campos do Sul. Onde antes existia o desemprego e a miséria, florescem hoje as mais belas searas do nosso País.

Muitas centenas de milhares de hectares, dantes votados ao abandono pelos grandes agrários, estão hoje nas mãos daqueles que sempre trabalharam a terra.

Votar nos partidos reaccionários significava votar pela eterna miséria da população laboriosa dos campos. Porque a reacção pretende manter a exploração dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pelos grandes agrários. Estes, apoiados em grupos terroristas e partidos reaccionários procuram liquidar os latifúndios e liquidar a Reforma Agrária.

Por isso, a população laboriosa dos campos da Reforma Agrária votou nos partidos progressistas, votou no Partido Comunista Português. Votou, sobretudo, na defesa e realização da Reforma Agrária, votou na defesa dos interesses vitais dos pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, votou contra a exploração e opressão dos grandes agrários e dos grandes capitalistas e intermediários.

A ofensiva desencadeada contra a Reforma Agrária têm respondido os heróicos trabalhadores alentejanos e ribatejanos de uma maneira firme e decidida. Não votando ontem nos partidos reaccionários, os trabalhadores da zona da Reforma Agrária demonstraram, uma vez mais, que ela é uma conquista irreversível do povo português.

A única política de esquerda a seguir é a realização completa da Reforma Agrária, com o imediato reconhecimento das novas unidades colectivas de produção, com a conclusão da expropriação dos latifúndios. As novas herdades colectivas e cooperativas devem ser concedidos urgentemente créditos e facilidades para a aquisição de máquinas, alfaias, sementes e adubos.

Mas, tendo em conta as diferenças de estrutura da propriedade, a Reforma Agrária nas zonas do latifúndio em características diversas do resto do país. Os partidos reaccionários procuram manter na ignorância e na miséria os pequenos e médios proprietários.

Importa desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento no sentido de mostrar que o PCP se opõe, firmemente a quaisquer apropriações ou expropriações de terras de pequenos e médios proprietários. Pelo contrário, o PCP defende medidas imediatas que respondam às reclamações dos pequenos e médios

agricultores — proprietários, rendeiros, seareiros, caseiros — no que respeita a créditos, a impostos, à fixação de preços, à garantia de escoamento dos produtos.

A aplicação da Lei do Arrendamento Rural, a imediata extinção dos foros, do regime de colónia e a restituição dos baldios às populações que deles foram privados e a reorganização da previdência rural de modo a beneficiar os trabalhadores do campo e os pequenos e médios agricultores são, igualmente, medidas urgentes a tomar no quadro de uma política de esquerda.

A reacção procura anular as grandes conquistas e realizações da revolução portuguesa. Não só a Reforma Agrária, mas também as nacionalizações e o controlo operário.

A revolução de 25 de Abril de 1974 deu golpes profundos e decisivos no poder económico dos monopólios. A nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia criou as condições necessárias para a construção de uma nova economia ao serviço dos trabalhadores.

Por outro lado, centenas de empresas foram salvas da sabotagem e da falência pela iniciativa dos trabalhadores. Era o controlo operário que surgia, abria-se o caminho que conduziria o nosso País ao socialismo.

As forças reaccionárias atacam as nacionalizações, conduzem uma política de recuperação capitalista, entregam empresas que os trabalhadores tiraram da ruína aos grandes capitalistas.

O voto nos partidos reaccionários era o voto no restabelecimento do poder terrorista dos grupos monopolistas, contrário aos interesses do povo trabalhador.

O PARTIDO DO FUTURO

O apoio das massas trabalhadoras às conquistas da revolução representa, por outro lado, o reforço da influência dos partidos progressistas e, nomeadamente, o reforço da influência do Partido Comunista Português.

O PCP apresentou-se ao eleitorado como o Partido do Futuro. E, apesar da feroz campanha anticomunista desencadeada contra o nosso Partido, apesar das situações antidemocráticas existentes em vastas regiões do país, apesar dos constantes atentados e provocações dirigidos contra o PCP e os militantes comunistas, apesar da viragem à direita operada na vida política portuguesa, o Partido Comunista Português não só manteve como até aumentou, e em alguns casos sensivelmente, a sua implantação em cada vez maiores sectores da população.

Um ano depois das eleições para a Assembleia Constituinte, aumentou o número de portuguesas e de portugueses que compreenderam que votar no Partido Comunista Português é votar no futuro democrático, independente e socialista de Portugal. É cada vez maior o contingente do povo português que se apercebe que o voto no PCP é o voto seguro e certo contra o fascismo, contra o capitalismo, pela democracia e o socialismo.

Ao contrário dos desejos da direita, ao contrário das sondagens fabricadas nos gabinetes de propaganda eleitoral da burguesia, é cada vez em maior número os portugueses que vêm no PCP, o Partido da classe operária e das massas trabalhadoras, o seu Partido. São cada vez mais os portugueses que vêem nos

comunistas os mais firmes, consequentes e abnegados defensores das liberdades democráticas.

AUMENTA A INFLUÊNCIA DO PCP

A ordem antidemocrática, a "democracia" dos caciques e dos caceteiros, a "liberdade" dos terroristas e da bomba imperam, ainda, em muitas regiões do nosso País. Nessas regiões, as forças progressistas não puderam realizar, em liberdade, a sua campanha eleitoral. Nessas regiões, os comunistas e outras forças democráticas não podem desenvolver o seu trabalho quotidiano de esclarecimento à luz do dia. Muitas regiões há em que os comunistas são obrigados a exercer clandestinamente a sua actividade, como se Portugal ainda estivesse no dia 24 de Abril de 1975. Curiosamente, nessas mesmas regiões, os que propõem para 1976 e anos seguintes a alternativa de 1926, ou não fossem eles os discípulos dilectos do fascista Caetano, obtêm consideráveis votações.

Mas é preciso que se diga que o povo trabalhador não está com eles. Votam nessas populações despolitizadas e manipuladas por caciques reaccionários, votam neles homens e mulheres amedrontados pelas mocas, pelos cacetes e, quantas vezes, pelas armas e pelas bombas.

Nos votos obtidos nessas regiões pelos partidos da direita presente-se já a certeza da derrota inevitável. Nessas regiões, também as massas populares poderão, afastados os inimigos da liberdade e da democracia, viver as conquistas revolucionárias do povo português e este, então unido, poderá avançar na construção da sociedade nova, mais justa, mais livre — a sociedade sem exploração do homem pelo homem.

O PCP E AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO CONTINUARÃO DE PÉ!

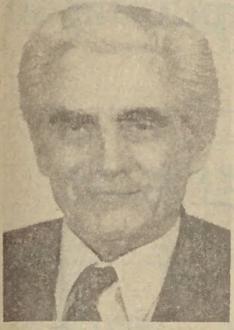
Mas lá, onde as populações vivem dia a dia as conquistas da revolução, onde as nacionalizações são o fruto da persistente luta das massas trabalhadoras, onde o controlo operário é já uma realidade imposta pela unidade e organização da classe operária e demais trabalhadores, onde a Reforma Agrária é o produto da heróica luta do proletariado rural e do campesinato, as forças progressistas e, nomeadamente, o nosso Partido, reforçam-se.

Os heróicos trabalhadores alentejanos não votaram apenas — e isso já seria muito — no Partido Comunista Português; os heróicos trabalhadores alentejanos votaram na Reforma Agrária. E demonstraram quão justa e correcta era a palavra de ordem que considerava o PCP como o Partido da Reforma Agrária.

Partido da liberdade e da democracia, Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios camponeses, Partido dos trabalhadores, Partido de uma nova economia rumo ao socialismo, Partido da democratização da instrução e cultura e Partido da independência nacional, o Partido Comunista Português sai destas eleições como o Partido das conquistas revolucionárias do nosso povo.

E os comunistas têm toda a razão para continuarem a afirmar que o seu Partido é o Partido do Futuro. Porque o PCP, tal como as conquistas da revolução, continua e continuará de pé!

PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA



Álvaro Cunhal
— Lisboa



Alda Nogueira
— Lisboa



Dias Lourenço
— Coimbra



Jaime Serra
— Setúbal



Carlos Brito
— Lisboa



José Pedro Soares
— Lisboa



José Vitoriano
— Faro



Américo Leal
— Setúbal



Georgete Ferreira
— Lisboa



Veiga de Oliveira
— Lisboa



Joaquim Gomes
— Leiria



Domingos Abrantes
— Setúbal



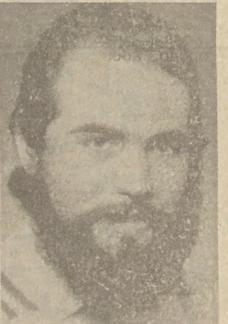
José Magro
— Lisboa



Carlos Carvalhas
— Lisboa



Carlos Costa
— Porto



José Maia
— Setúbal



Jerónimo de Sousa
— Lisboa



Francisco Miguel
— Beja



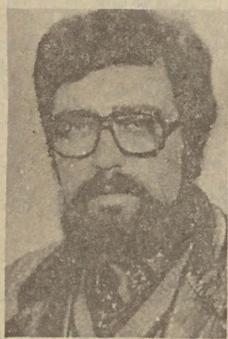
Ângelo Veloso
— Porto



Hermenegilda Pereira
— Setúbal



Vital Moreira
— Lisboa



José Marques
— Beja



Vítor Louro
— Santarém

Lino Carvalho Lima — Porto

Nicolau Dias Ferreira — Portalegre

Ercília Talhadas — Setúbal

Manuel Duarte Gomes — Setúbal

António Marques Juzarte — Setúbal

Fernando Sousa Marques — Setúbal

Manuel do Rosário — Beja

Custódio Grigão — Évora

Manuel Gusmão — Évora

Raul Rodrigues — Évora

José Manuel Jara — Évora

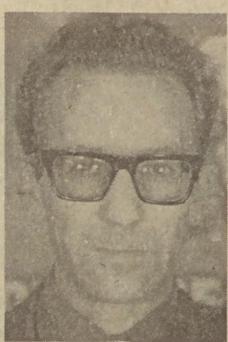
Severiano Falcão — Lisboa

Manuel Gonçalves — Lisboa

Vítor Benite da Silva — Lisboa



Fernanda Patrícia
— Beja



Carlos Aboim Inglês
— Lisboa



Octávio Pato
— Santarém

RESULTADOS PROVISÓRIOS DO PCP

Os resultados provisórios alcançados pelo PCP evidenciam um avanço generalizado das posições do Partido, nomeadamente nas regiões de grande implantação da classe operária e nas terras da Reforma Agrária.

DISTRITO	1975			1976			DIFERENÇAS		
	NUMERO DE VOTOS	%	DEPUTADOS	NUMERO DE VOTOS	%	DEPUTADOS	VOTOS	%	DEPUTADOS
AVEIRO	9.933	3.0	—	12.198	3.76	—	+2.265	+0.76	
BEJA	50.149	39.0	3	52.948	43.99	4	+2.793	+4.99	+ 1
BRAGA	12.479	3.7	—	13.623	4.11	—	+1.144	+0.41	
BRAGANÇA	2.704	2.7	—	2.561	2.68	—	-143	-0.02	
CASTELO BRANCO	8.514	5.6	—	9.368	6.59	—	+854	+0.99	
COIMBRA	15.103	5.7	1	17.405	7.25	1	+2.302	+1.55	
ÉVORA	47.236	37.1	2	52.378	43.04	4	+5.142	+5.94	+ 2
FARO	25.202	12.3	1	27.667	14.48	1	+2.465	+2.18	
GUARDA	4.535	3.6	—	3.549	2.91	—	-986	-0.69	
LEIRIA	15.509	6.4	—	16.227	7.5	1	+718	+1.1	+ 1
LISBOA	239.337	19.0	11	257.780	22.6	14	+18.443	+3.6	+ 3
PORTALEGRE	17.852	17.5	1	21.135	22.01	1	+3.283	+4.51	
PORTO	55.663	6.7	2	69.264	8.37	3	+13.601	+1.67	+ 1
SANTARÉM	44.431	15.1	2	43.822	16.7	2	-609	+1.6	
SETÚBAL	142.431	37.8	7	159.079	44.34	9	+16.648	+8.54	+ 2
VIANA DO CASTELO	5.313	3.8	—	8.612	6.63	—	+3.299	+2.83	
VILA REAL	4.017	2.9	—	3.879	3.21	—	-138	+0.31	
VISEU	5.307	2.3	—	4.959	2.28	—	-346	-0.02	
ANGRA DO HEROÍSMO	1.057	2.3	—	590	1.45	—	-457	-0.85	
HORTA	533	2.3	—	328	1.54	—	-205	-0.76	
PONTA DELGADA	1.119	1.5	—	952	1.45	—	-167	-0.05	
FUNGHAL	2.053	1.6	—	1.680	1.46	—	-373	-0.14	
CONTINENTE	704.897	13.1	30	776.454			+71.557	-	
CONT. E ILHAS	709.659	12.5	30	780.004	14.57	40	+70.345	+2.07	+ 10

